**REGULAMENTO INTERNO DO FÓRUM DE MINISTROS E MÁXIMAS AUTORIDADES DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE – MINURVI**

**CAPÍTULO I**

**DOS OBJETIVOS E DA COMPOSIÇÃO**

**ARTIGO 1º**

**Da natureza**

O Fórum de Ministros e Máximas Autoridades de Habitação e Desenvolvimento Urbano da América Latina e do Caribe – MINURVI é a entidade de coordenação e cooperação intergovernamental dos países da América Latina e do Caribe na área do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos e da habitação.

**ARTIGO 2º**

**Da composição**

O MINURVI é composto pelos Ministros de Estado e demais autoridades governamentais nacionais sob cuja competência estejam, nos respectivos países, os assuntos vinculados ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos e da habitação.

Cabe a cada país membro designar a autoridade governamental que o representará nas reuniões do MINURVI.

**ARTIGO 3º**

**Dos objetivos**

O MINURVI tem como principais objetivos:

1. Representar os interesses latino-americanos e caribenhos junto a organismos internacionais e fóruns globais em temas e discussões vinculados ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos e da habitação;
2. Contribuir e acompanhar a implementação dos compromissos, diretrizes e estratégias relacionadas à Nova Agenda Urbana, à Agenda 2030, ao Acordo de Paris e aos acordos globais relevantes para o desenvolvimento urbano sustentável da América Latina e do Caribe;
3. Promover o intercâmbio e a divulgação de experiências entre os países membros no campo da habitação e do desenvolvimento urbano; e
4. Promover e implementar programas de trabalho comuns aos países da região e das sub-regiões, impulsionando a busca por novas fontes de financiamento, públicas e/ou privadas, que facilitem seu desenvolvimento.

**ARTIGO 4º**

**Da estrutura**

Os países membros do MINURVI, com o propósito de implementar suas atividades e facilitar o intercâmbio, subdividem-se em três sub-regiões que compreendem: Países do Caribe, Países da América Central e México, e Países da América do Sul.

**CAPÍTULO II**

**DA ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM**

**SEÇÃO PRIMEIRA: DA COMPOSIÇÃO**

**ARTIGO 5º**

**Da organização**

O MINURVI compõe-se dos seguintes órgãos: Assembleia Geral, Comitê Executivo e Secretaria Técnica.

**ARTIGO 6º**

**Da Assembleia Geral**

A Assembleia Geral é o órgão máximo do MINURVI, competindo-lhe decidir sobre a política geral da entidade, sua programação estratégica e técnica, bem como todos os demais assuntos referentes à consecução de seus objetivos.

A Assembleia Geral é composta pelos Ministros de Estado ou Máximas Autoridades, representantes dos governos dos países membros do Fórum, e reunir-se-á anualmente.

A Assembleia Geral do Fórum de Ministros e Máximas Autoridades será presidida pela autoridade ministerial do país anfitrião, de acordo com o estabelecido no Artigo 8º, tendo a responsabilidade de exercer a representação do Fórum por um período não superior a 12 meses ou até a realização da próxima Assembleia Anual.

**ARTIGO 7º**

**Do Comitê Executivo**

O Comitê Executivo é o órgão ao qual compete promover a implementação das decisões entre as reuniões da Assembleia Geral, sendo constituído por:

* O Ministro ou Máxima Autoridade que preside o Fórum exercerá a Presidência do Comitê.
* Um Ministro, de sub-região diferente à da Presidência do Fórum, que exercerá a Vice-Presidência do Comitê e substituirá o Presidente em seus eventuais impedimentos.
* Dois representantes de cada sub-região, designados nas reuniões da Assembleia Geral, que deverão colaborar com a Presidência e com a Secretaria Técnica na coordenação e comunicação expedita com todos os países integrantes da sub-região correspondente.

Os membros do Comitê Executivo serão eleitos conforme disposto no Artigo 8º, exercendo seu mandato da Assembleia Geral em que forem eleitos até a próxima Assembleia Geral.

**ARTIGO 8º**

**Da alternância**

Ao eleger os representantes do Comitê Executivo do MINURVI, deverá ser buscado o consenso e observado o princípio de rotação dos representantes.

Caso não haja consenso, proceder-se-á à eleição por maioria de votos de dois terços (2/3) dos presentes na Assembleia Geral.

Não será permitida a reeleição, para mandatos consecutivos, do Presidente e do Vice-Presidente do Comitê Executivo, salvo em casos excepcionais e exclusivamente com base em decisão por consenso.

**ARTIGO 9º**

**Da Secretaria Técnica**

Integram a Secretaria Técnica do MINURVI o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

A Secretaria Técnica conforma o nível administrativo e técnico do MINURVI, atuando sob a direção da Assembleia Geral por intermédio da Presidência do Comitê Executivo.

A Secretaria Técnica cumprirá um papel de assessoria e apoiará a Presidência do Comitê Executivo e os países membros do Fórum na geração de conhecimento, estatísticas, tradução de documentos, relatórios regionais e vínculo com outros espaços regionais e globais.

**ARTIGO 10º**

**Dos colaboradores**

Poderão participar das reuniões da Assembleia Geral, a título de colaboradores:

1. Organismos e programas das Nações Unidas;
2. Organizações intergovernamentais;
3. Organismos governamentais nacionais;
4. Organizações não governamentais vinculadas a temas de habitação e desenvolvimento urbano;
5. Organizações do setor privado;
6. Comunidade acadêmica; e
7. Convidados especiais.

Os colaboradores poderão participar, com direito a voz, das reuniões da Assembleia Geral, desde que sua participação seja solicitada por um ou mais países membros aos organizadores da referida reunião, de acordo com o estabelecido no Artigo 12º.

No caso das entidades mencionadas nos itens d, e, f e g, sua participação requererá consenso entre os membros da Assembleia.

**SEÇÃO SEGUNDA: DAS COMPETÊNCIAS**

**ARTIGO 11º**

Compete à Assembleia Geral:

1. Promover o cumprimento dos objetivos do MINURVI, em conformidade com o disposto no Artigo 3º deste Regulamento;
2. Aprovar as moções a serem apresentadas junto a organismos internacionais multilaterais ou nacionais, relacionadas aos objetivos gerais da entidade;
3. Eleger os países membros que integrarão o Comitê Executivo, em conformidade com o disposto no Artigo 7º deste Regulamento;
4. Eleger o país anfitrião da próxima reunião da Assembleia Geral, país que deverá facilitar as condições técnico-organizativas para sua realização;
5. Delegar, ao Comitê Executivo, as atribuições que julgar convenientes;
6. Eleger representantes da entidade junto a órgãos e instituições.

**ARTIGO 12º**

**Compete ao Comitê Executivo:**

1. Implementar as ações necessárias ao cumprimento dos objetivos do MINURVI por meio das decisões emanadas da Assembleia Geral;
2. Analisar e propor os assuntos a serem submetidos à consideração da Assembleia Geral;
3. Coordenar, por intermédio da Secretaria Técnica, a organização das reuniões da Assembleia Geral e, em particular, definir a pauta das referidas reuniões;
4. Realizar, por meio da Secretaria Técnica, a tradução, nos idiomas oficiais do MINURVI, dos documentos de trabalho que circularem entre os países membros – observados os recursos disponíveis;
5. Promover a compatibilização das agendas da Assembleia Geral do MINURVI com outros fóruns regionais e globais;
6. Acreditar e programar a participação dos colaboradores nas reuniões da Assembleia Geral; e
7. Exercer as demais atribuições que lhe forem delegadas pela Assembleia Geral.
8. As reuniões do Comitê Executivo serão convocadas por seu Presidente, observando o disposto no Artigo 15º.

**ARTIGO 13º**
**Das competências da Secretaria Técnica**

Compete à Secretaria Técnica, de acordo com o estabelecido no Artigo 9º:

1. Apoiar os países integrantes do Fórum na geração de conhecimentos e ferramentas técnicas necessárias para o cumprimento dos objetivos e atividades do MINURVI;
2. Apoiar a divulgação e promoção dos eventos e programas do MINURVI por meio dos canais da Secretaria Técnica (CEPAL e ONU-Habitat);
3. Elaborar um Relatório Anual de Atividades desenvolvidas pelo MINURVI;
Promover a coordenação entre os países membros e os organismos internacionais (ou multilaterais) no monitoramento da situação dos assentamentos humanos e da habitação na região, assim como das políticas desenvolvidas pelos países membros;
4. Apoiar a representação do MINURVI nos eventos para os quais a organização tenha sido convidada;
5. Promover a publicação dos trabalhos de interesse do MINURVI;
6. Apoiar a coordenação entre os países membros, na medida do possível, para a realização efetiva dos trabalhos de interesse comum;
7. Promover atividades de intercâmbio permanente de informações entre os países membros, especialmente por meio do site do MINURVI, da Plataforma Urbana de Cidades, da plataforma da Agenda Urbana e outras plataformas que sirvam a esse propósito;
8. Apoiar o desenvolvimento das Assembleias Gerais e outras atividades requeridas pelos países membros do Fórum; e
9. Mobilizar recursos para aumentar o apoio aos trabalhos do MINURVI e de seus Estados membros.

**ARTIGO 14º**
**Das competências da Presidência do Comitê Executivo**

Compete à Presidência do Comitê Executivo:

1. Impulsionar, juntamente com o Comitê Executivo, todas as ações relacionadas ao cumprimento dos objetivos do MINURVI, conforme estabelecido no Artigo 3º;
2. Implementar as medidas e ações necessárias para a apresentação na Assembleia Geral dos documentos elaborados segundo o programa de trabalho acordado;
3. Manter atualizado o Diretório do MINURVI;
Realizar as atividades solicitadas pela Assembleia Geral e pelo Comitê Executivo;
4. Elaborar, a pedido da Assembleia Geral e com supervisão do Comitê Executivo, os Planos Estratégicos e os Planos Operativos Anuais do Fórum;
5. Revisar, atualizar e zelar pelo cumprimento do regulamento interno do Fórum, sugerindo alterações e/ou atualizações ao Comitê Executivo;
6. Liderar, com o apoio do Comitê Executivo, a realização das Assembleias Gerais Anuais e de outras reuniões;
7. Implementar as medidas e ações necessárias para a apresentação na Assembleia Geral dos documentos elaborados segundo o programa de trabalho acordado;
8. Acompanhar os mandatos emanados de cada Assembleia e os compromissos internacionais assumidos pelo Fórum;
9. Administrar o site do MINURVI e promover entre seus membros o uso do mesmo para a difusão de seus programas e eventos;
10. Administrar as redes sociais do MINURVI e promover entre seus membros o uso das mesmas para a difusão de seus programas e eventos;
Sistematizar, aproveitar e difundir os aprendizados acumulados ao longo da história do Fórum;
11. Identificar e articular, junto aos países membros, o acesso a recursos técnicos e financeiros para o desenho e implementação de políticas e programas de desenvolvimento urbano sustentável;
12. Representar o MINURVI nos eventos para os quais a organização tenha sido convidada, por meio de uma participação coerente com as definições emanadas da Assembleia Geral, e relatar aos membros do Fórum os assuntos mais relevantes tratados nesses eventos;
13. Manter comunicação constante com os Ministérios e instituições que fazem parte do MINURVI, por meio de um Ponto Focal designado por cada país membro.

 **SEÇÃO TERCEIRA: DO FUNCIONAMENTO**

**ARTIGO 15º**

A Assembleia Geral se reunirá anualmente.

Poderão ser convocadas, por iniciativa do Presidente do Comitê Executivo ou de um país membro, com aprovação prévia do Comitê Executivo, reuniões adicionais em nível ministerial ou técnico, plenárias ou a nível sub-regional.

A Assembleia Geral e as demais reuniões do MINURVI serão convocadas pelo Presidente do Comitê Executivo com uma antecedência mínima de dois (2) meses.

O Comitê Executivo poderá propor a realização de reuniões de coordenação à margem de encontros internacionais ou regionais que tratem de temas de interesse do MINURVI, conforme o disposto no Artigo 3º.

**ARTIGO 16º**

O Comitê Executivo se reunirá em Reunião Ordinária pelo menos uma vez nos primeiros dois meses após a realização da Assembleia Geral:

1. Para analisar e ajustar o Plano Operativo Anual elaborado e apresentado à Assembleia Geral, e para compartilhar sua versão definitiva com os países membros;
2. Para atender solicitações devidamente justificadas dos países membros, os quais, para esse efeito, deverão contar com o apoio mínimo de dois (2) países de cada sub-região;
3. O Comitê Executivo poderá se reunir com a presença de, no mínimo, quatro (4) de seus membros, sendo, em qualquer caso, obrigatória a presença de pelo menos um representante de cada sub-região, incluídos, para efeitos de representação sub-regional, o Presidente e o Vice-Presidente.

**ARTIGO 17º**

As propostas de temas a serem submetidas à deliberação deverão ser apresentadas, na forma de voto, por um ou mais países, à Presidência e à Secretaria Técnica.

**ARTIGO 18º**

As decisões da Assembleia Geral serão adotadas mediante Declarações, ajustando-se às seguintes regras:

1. As Declarações do MINURVI podem se referir a assuntos de interesse geral da região ou a aspectos pertinentes a uma determinada sub-região, a um país ou a um grupo específico de países;
2. As Declarações do MINURVI serão numeradas em ordem sequencial, sendo da competência da Assembleia Geral definir os elementos a serem necessariamente considerados para sua emissão;
3. As Declarações do MINURVI serão de conhecimento público, devendo ser distribuídas a todos os países membros, organismos internacionais, multilaterais, nacionais e a todas as entidades que, direta ou indiretamente, tratem de assuntos relativos ao MINURVI.

**ARTIGO 19º**

Os idiomas oficiais do MINURVI são o espanhol, inglês, português e francês.

1. As reuniões da Assembleia Geral e do Comitê Executivo deverão ser conduzidas nos idiomas oficiais, devendo, portanto, ser providos serviços de tradução simultânea, sujeito aos recursos disponíveis;
2. As publicações e a documentação relativa ao MINURVI serão, necessariamente, editadas nesses idiomas, sujeito aos recursos disponíveis.

**CAPÍTULO III**
**DO FINANCIAMENTO**

**ARTIGO 20º**

Será responsabilidade do país anfitrião custear as despesas correspondentes à reunião anual da Assembleia Geral, excluindo-se os gastos relacionados ao transporte e à estadia das respectivas delegações nacionais.

Quanto ao financiamento das ações desenvolvidas pelas Secretarias Técnica e pelos demais membros do Comitê Executivo, suas despesas poderão ser custeadas de forma direta por cada país participante ou por meio de financiamento externo. As propostas serão submetidas ao Comitê Executivo e à Assembleia Geral para análise e aprovação.

**VERSÃO ORIGINAL APROVADA NA VII ASSEMBLEIA GERAL DO MINURVI, REALIZADA EM SANTO DOMINGO, REPÚBLICA DOMINICANA, EM 1998, CONFORME O ACORDO 3.a., DA DECLARAÇÃO DE SANTO DOMINGO.**

**PRIMEIRA MODIFICAÇÃO:** XIII Assembleia Geral do MINURVI e IX Fórum Iberoamericano, realizada em San José, Costa Rica, em outubro de 2004.

**SEGUNDA MODIFICAÇÃO:** XXI Assembleia Geral do MINURVI, realizada no México, em agosto de 2012.

**TERCEIRA MODIFICAÇÃO:** XXXII Assembleia Geral do MINURVI, realizada em Buenos Aires, Argentina, em novembro de 2023.

**QUARTA MODIFICAÇÃO:** XXXIII Assembleia Geral do MINURVI, realizada em Belém, Brasil, em 12 de dezembro de 2024.